



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N. 0312572-8

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADO: JOSÉ DOUGLAS DA SILVA

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CELPE. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA SOB TITULARIDADE DE OUTREM. IRRELEVÂNCIA. CASO QUE DISCUTE RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. FATURA QUITADA UM DIA ANTES DO CORTE DE ENERGIA. RESTABELECIMENTO NO MESMO DIA. DANO MORAL. MANUTENÇÃO DO *QUANTUM* EM R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).

1. Em causa na qual se discute a responsabilidade civil de indenizar por suspensão indevida no fornecimento de energia elétrica, é irrelevante o fato de a titularidade do contrato estar sob a titularidade de outra pessoa, uma vez que a responsabilidade analisada é de natureza extracontratual.
2. A fatura ensejadora da suspensão do serviço foi adimplida um dia antes da suspensão do fornecimento.
3. O prazo de até 03 (três) dias alegado pela concessionária, para a compensação do crédito, não pode ser utilizado contra o consumidor, pois diz respeito à relação entre a apelante e a instituição bancária com a qual é conveniada, de maneira que àquele não é devida a imputação de algo sobre o qual não possui qualquer ingerência.
4. *Quantum* indenizatório mantido em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
5. Apelação a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar-lhe provimento**, tudo nos



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 03 de junho de 2014.

Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N. 0312572-8

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADO: JOSÉ DOUGLAS DA SILVA

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto contra sentença definitiva proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, através da qual julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados, para condenar a **CELPE** a pagar indenização por danos morais, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos pela tabela ENCOGE a partir da prolação do *decisum* e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, a partir da data do evento danoso.

Consta da inicial que, em 10.01.2012, o autor teve suspenso o fornecimento de energia elétrica do lava jato que mantém, como forma de sustento, serviço que foi restabelecido no mesmo dia, em virtude de haver pago uma taxa de R\$ 70,00 (setenta reais), exigida para o religamento. Acrescenta que o débito ensejador do corte já se encontrava adimplido quando este foi efetivado.

Em suas razões recursais, a parte apelante suscita preliminar de ilegitimidade ativa, sob o argumento de que o contrato de fornecimento de energia elétrica se encontra sob a titularidade de Josivan Alves de Lira.

Meritoriamente, afirma que a fatura que gerou a suspensão venceu em 09.12.2011 e foi adimplida em 09.01.2012, atraso que a justifica, uma vez que o pagamento demora até 03 (três) dias para ser compensado, enquanto a solução de continuidade foi promovida 24h (vinte e quatro) horas após o pagamento.

150
g



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Intimado para responder ao recurso, o apelado deixou transcorrer *in albis* o prazo.

Às fls. 115/118, o então Relator, Desembargador Itabira de Brito Filho, negou seguimento ao apelo, decisão contra a qual foi interposto Agravo Legal (fls. 121/129).

Em observância à faculdade que a lei concede ao julgador, às fls. 139/140, proferi decisão monocrática, na qual exerci o juízo de retratação para receber o presente recurso de apelação e, conseqüentemente, julguei prejudicado o agravo.

Contrarrazões às fls. 124/131.

É o que importa relatar.

Tendo em vista se tratar de caso corriqueiro nas prateleiras do Judiciário e que envolve montante inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, aplico, por analogia, o art. 551, §3º, do CPC, e art. 76, do RITPE, fica dispensada a Revisão.

Inclua-se em pauta, independentemente de Revisão.

Recife, 09 de maio de 2014.



Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N. 0312572-8

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADO: JOSÉ DOUGLAS DA SILVA

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

VOTO PRELIMINAR

A concessionária suscita preliminar de ilegitimidade ativa, sob o único argumento de que o apelado não é quem figura como titular do contrato de fornecimento de energia elétrica.

O caso, porém, diz respeito à suspensão do fornecimento de energia, ato que ultrapassa os limites da relação contratual. Como bem ressaltou o juízo *a quo* na sentença vergastada, a responsabilidade civil ora sob análise é de natureza aquiliana ou extracontratual.

Por tal motivo, tendo em vista a figura do *bystander*, ou consumidor por extensão (art. 17 do CDC), é parte legítima para pleitear o direito em debate qualquer das possíveis vítimas do evento danoso, dentre as quais se enquadra o apelado.

Diante do exposto, meu voto é no sentido de rejeitar a preliminar de ilegitimidade ativa.

É como voto.

Recife, 03 de junho de 2014.


Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N. 0312572-8

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADO: JOSÉ DOUGLAS DA SILVA

RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

VOTO

Da análise dos autos, observa-se que a fatura vencida em 09.12.2011 foi adimplida em 09.01.2012, isto é, com exato um mês de atraso. Todavia, a suspensão do fornecimento de energia elétrica ocorreu em 10.01.2012, ou seja, 01 (um) dia após o pagamento.

Muito embora a apelante tente se escusar do dever de indenizar, sob a alegação de que a compensação do pagamento demora até 03 (três) dias para acontecer, é cediço que este fator não pode servir de argumento para que se exima do dever de reparar o dano.

Isso porque tal lapso temporal diz respeito à relação entre a apelante e a instituição bancária com a qual é conveniada, de maneira que ao consumidor não é devida a imputação de algo sobre o qual não possui qualquer ingerência.

Assim, diante do quadro de inexistência de débitos vencidos em aberto no momento do corte de energia, a responsabilidade de indenizar salta aos olhos.

Deve ser destacado, ainda, que situações como a presente são corriqueiras nas prateleiras do Judiciário pernambucano e não se observa qualquer esforço da apelada para mudar esse panorama, porque o lucro obtido com essa prática certamente vale o risco ao qual se submete.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Por isso, o valor indenizatório deve, também servir de desestímulo para que a empresa adote um posicionamento mais cauteloso e respeitoso com o seu consumidor, antes de adotar qualquer medida danosa à esfera jurídica deste.

Assim, entendo ser razoável o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixado pelo juízo de 1ª Instância, pelo que deve ser mantida a sentença.

Diante de todo o exposto, meu voto é no sentido de negar provimento ao presente recurso mantendo-se incólume a sentença recorrida, cujos termos são aqui confirmados.

É como voto.

Recife, 03 de

de 2014.


Roberto da Silva Maia
Desembargador Relator